

40
anos
UnB à frente



Lauro Morhy
organizador geral

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial



EDITORA

UnB

Ao completar suas primeiras quatro décadas de existência, a Universidade de Brasília (UnB) apresenta à sociedade *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, coletânea de artigos que pode ser definida como verdadeira imersão na realidade histórica, cultural, política e socioeconômica brasileira.

Esta obra é resultado dos debates desenvolvidos no âmbito do *Fórum Brasil em Questão*, rico e promissor diálogo orientado por um esforço de busca e superação de nossos desafios. Instalado em fevereiro de 2002, o *Fórum Brasil em Questão* trouxe, à UnB, durante cinco meses, 41 especialistas das mais diversas áreas para apresentarem e discutirem suas visões sobre temas estratégicos para o País

Brasil **em Questão**

**A Universidade e a
Eleição Presidencial**

Fernando Henrique Cardoso

Presidente da República

Paulo Renato Souza

Ministro da Educação

Francisco César de Sá Barreto

Secretário de Educação Superior

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Diretor

Lauro Morhy – Presidente

Antônio C. de Matos Paiva

Carlos Alberto Rodrigues da Cunha

Carolina Martuscelli Bori

Flávio Rabelo Versiani

Inocência Mártires Coelho

Gileno Fernandes Marcelino

Jacques Rocha Velloso

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*

Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*

Decano de Ensino de Graduação: *Michelangelo Giotto S. Trigueiro*

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*

Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*

Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmar Weidle*

Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*

Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*

Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*

Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



Brasil em Questão

A Universidade e a Eleição Presidencial

Organizador Geral

Lauro Morhy

Co-organizadores

Marcos Formiga

Regina Marques

Adler Andrade

Tânia Costa

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

2002

Agradecimentos

O trabalho coletivo é, sempre, resultado dos esforços de ponderável número de pessoas que se comprometem por acreditarem no objetivo final proposto. Somos gratos a todos que contribuíram para o êxito do Fórum *Brasil em Questão*.

Em especial, nosso reconhecimento aos palestrantes que ousaram apresentar e discutir questões inquietantes dos nossos dias, e propor caminhos para o Brasil.

Nominalmente, agradecemos ao grupo consultivo do Fórum: Adler Andrade, Amado Cervo, Antônio José Escobar Brussi, Benício Viero Schmidt, Cristovam Buarque, Dércio Munhoz, Dóris Faria, Érico Paulo Siegmar Weidle, Flávio Rabelo Versiani, Henrique de Sousa Novaes, Jacques Velloso, José Flávio Sombra Saraiva, José Geraldo de Sousa Júnior, Lúcia Mercedes de Avelar, Marcel Burstyn, Marcos Formiga, Michelângelo Giotto S. Trigueiro, Noraí Romeu Rocco, Pedro Tauil, Regina Marques, Rodrigo Caetano, Sophia Wainer, Tânia Costa, Thérèse Hofmann Gatti, Timothy Martin Mulholland, Vamireh Chacon, Viviane Coutinho Sabino.

Expressamos nossa gratidão aos colaboradores da Universidade de Brasília que ofereceram relevante apoio, sem o qual não teria sido possível a realização do Fórum *Brasil em Questão* e a publicação deste livro – especialmente Decanato de Ensino de Graduação; Decanato de Extensão; Decanato de Assuntos Comunitários; Departamento de Música/IDA; Cerimonial; Prefeitura do Câmpus; Assessoria de Comunicação; Assessoria de Assuntos Internacionais;

Centro de Informática; Núcleo de Multimídia e Internet do Departamento de Engenharia Elétrica, CPCE, Gabinete do Reitor, Editora da Universidade. Também agradecemos aos músicos que se apresentaram no início dos debates e à Escola do Futuro da USP.

LAURO MORHY
REITOR DA UNB

Sumário

APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 11

ABERTURA DO FÓRUM

Lauro Morhy 15

29 de fevereiro BRASILIDADE

Roberto Freire 21

Artur da Távola 31

Aspásia Camargo 37

Vamireh Chacon 47

10 de março BRASIL NO MUNDO

Samuel Pinheiro Guimarães 53

Oliveiros Ferreira 63

Amado Cervo 75

20 de março POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Márcio Pochman 85

André Urani 97

Cristovam Buarque 107

3 de abril A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL

Yeda Crusius 119

Luiz Pinguelli Rosa 129

Décio Munhoz 139

10 de abril SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

Sergio Arouca 155

Marcos Helano Montenegro 167

Sebastião Viana 177

Pedro Tauil 185

17 de abril EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Roberto Vermulm 197

Sergio Rezende 207

João Batista de Oliveira 217

Lauro Morhy 231

24 de abril CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL
E VIOLÊNCIA

Guilherme de Almeida 239

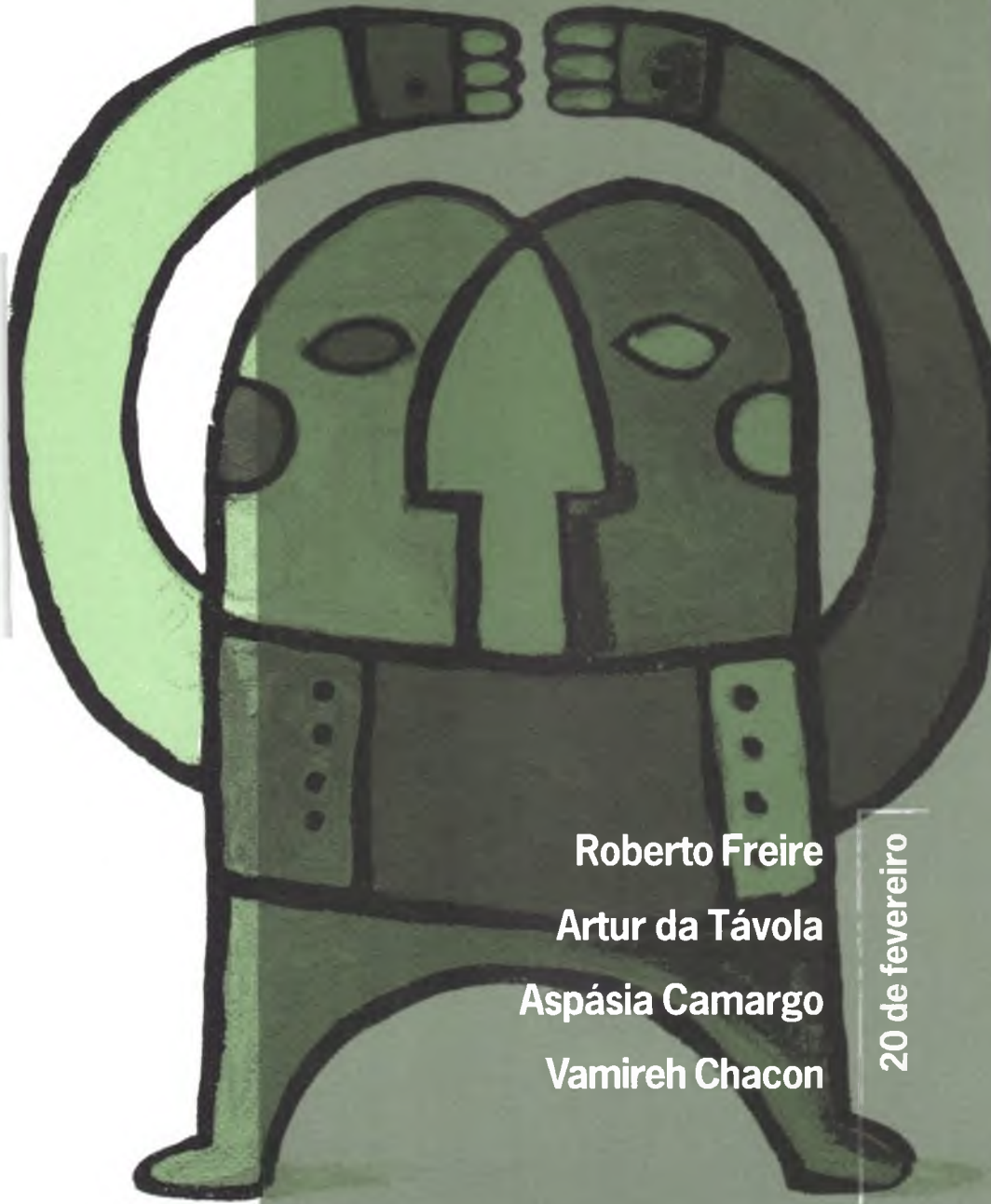
Sueli Carneiro 245

Luiz Mott 253

Dóris Faria 261

5 de junho	A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA	
	Armando Mendes	275
	Maria Adélia de Souza	283
	Eduardo Suplicy	295
	Cristina Mac Dowell	307
	Marcos Formiga	321
19 de junho	MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA	
	Washington Novaes	351
	Marina Silva	361
	Edna Ramos Castro	371
	Marcel Burstyn	379
3 de julho	REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS	
	Ricardo Varsano	391
	Wilson Cano	405
	Vinícius Carvalho Pinheiro	433
	José Geraldo	447
17 de julho	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
	Helgio Trindade	459
	Edson Franco	475
	Jacques Velloso	485
	Lauro Morhy	499

Brasilidade



Roberto Freire
Artur da Távola
Aspásia Camargo
Vamireh Chacon

20 de fevereiro

Brasilidade: a superação do nacionalismo estreito

Roberto Freire

A eleição presidencial de 2002 é, indubitavelmente, um momento de intenso debate. Os candidatos à Presidência, as forças políticas e a sociedade precisam definir as alternativas e as respostas aos inúmeros desafios colocados ao País.

Há, hoje, uma crise do Estado. Há dívidas financeiras e sociais, tais como a reforma agrária que ainda não se completou e o analfabetismo que ainda não foi superado. Essa série de dívidas terá de ser debatida nesta disputa eleitoral. Para refletirmos sobre essas questões, é necessário, entretanto, discutir, sob uma perspectiva contemporânea, o conceito de Estado-Nação. Quando ele surge?

O Estado-Nação é fruto da Revolução Francesa. O conceito não existia, portanto, antes do século XVIII. É tão recente que a Itália e a Alemanha só se definiram como nações no século XIX.

À consolidação do Estado-Nação correspondeu o surgimento do conceito de nacionalismo. Este conceito gerou, no século XX, duas guerras mundiais. Toda uma visão tradicional de mundo, do nacionalismo contrapondo-se ao imperialismo, teve sentido e ainda

Roberto Freire é Senador da República pelo PPS-PE, no segundo mandato consecutivo; é o Presidente do Partido Popular Socialista (PPS). Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife, é advogado e procurador-autárquico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Ex-deputado estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Membro da Assembléia Nacional Constituinte, em 1988, e ex-deputado federal por quatro mandatos consecutivos.

mantém algum sentido – ainda que marcada por contradições.

O termo “nacionalismo” associou-se, ainda, na primeira metade do século XX, às ideologias racistas, contribuindo para a fundamentação do nazismo. Dessa forma, ainda que haja um certo entusiasmo, hoje, em se discutir nacionalismo, como se ele correspondesse a uma valorização do “culturalmente autêntico”, próprio do país, em contraposição ao estrangeirismo, não deve ser esquecido que a exacerbação do conceito de nacionalismo pode produzir, seja no Brasil, seja no mundo, o que de pior existe nas relações humanas: do antagonismo de etnias e de raças ao fascismo e ao nazismo.

O debate europeu atual sobre nacionalismo centra-se, fundamentalmente, nas leis de imigração. Para o capital, nenhum controle; para os indivíduos, controle total, fortalecendo, assim, concepções nacionalistas de mundo.

Promover essa discussão implica, portanto, procurar o fundamento do Estado e sua conformação cultural. Isso implica falar de soberania, conceito relacionado à discussão sobre os processos de integração e de globalização. Soberano será o Estado que se integrar de forma ímpar na afirmação de sua identidade, e não o que se apartar. É o contrário do que ocorria no início da era dos nacionalismos e que se afirmou, de forma até radical, em momentos de exacerbação nacionalista.

Nesse contexto, quando o Brasil passou a existir?

Nossa sociedade mestiça, caracterizada por extraordinária multiplicidade cultural e diversidade regional, é nova; não tanto no Nordeste, em especial em Pernambuco, ou na Bahia; ou mesmo ainda em Minas e no Rio de Janeiro.

Nossa diversidade define-se nos séculos XIX e XX, a partir do processo de imigração em massa de europeus para o centro-sul do País. No Brasil, a formação do Estado-Nação está intimamente as-

sociada a esse processo, de formação de nossa identidade.

A afirmação da soberania brasileira não se dará se não tiver a capacidade de pensar no Mercosul como espaço fundamental para sua afirmação. Esse é um debate que está presente quando se discute Mercosul, Alca, relação com a União Européia, relações entre os blocos econômicos internacionais; ou quando afirmamos a nossa identidade cultural e as nossas expressões culturais nesse mundo de cultura de massas.

É nesse sentido que o conceito de **brasilidade** pode substituir a questão do nacionalismo. **Brasilidade** é uma afirmação muito mais cultural do que econômica, pois pode não ter o sentido de exclusão que o nacionalismo econômico tem, necessariamente, das fronteiras, da visão do mercado interno, da autarquização.

A globalização não representa uma queda do neoliberalismo, mas é um processo inerente à própria cultura humana. Toda a história da humanidade é história de integração, socialização, internacionalização, globalização, ou outro nome que se queira dar. Esse é um processo inexorável e é bom que seja assim.

É esse processo contraditório induzindo, em alguns momentos, paradoxos e angústias, o debate fundamental a ser feito. Não vamos entender o Estado e a reforma do Estado brasileiro se não tivermos a compreensão de como é esse novo mundo e como nele devemos-nos situar.

O termo **brasilidade** deve ser assumido não naquele sentido de lutas regionalistas, de discriminações contra o estrangeiro. Afinal, temos de eliminar o conceito de estrangeiro: somos seres humanos fraternos; entre nós, não importa onde nascemos, que língua falamos, que cor de pele temos.

O nosso interesse não pode ser o da exclusão, mas o da integração. **Brasilidade** é uma boa oportunidade para isso, não podemos ficar no confronto e na exclusão. Temos de buscar a

integração, reafirmando o que é nosso. A **brasilidade** deve ser, portanto, construída a partir de nossa identidade cultural, afirmação das contribuições para esse mundo fraterno que queremos construir.

TEMAS CORRELATOS

Espaço Brasileiro

Na Assembléia Constituinte, houve um grande debate sobre os povos indígenas. Havia movimentos de algumas organizações não-governamentais que queriam utilizar no texto constitucional o termo “nações indígenas”. Houve um debate meio subterrâneo, não foi tão aberto, mas a idéia que estava implícita era uma idéia de reafirmação de pequenas etnias, pequenas nações. Eu não sou paranóico nem conspiracionista, no que diz respeito à Amazônia – mas aquela era uma discussão subterrânea interessantíssima, porque, ao tempo em que se vive um intenso processo de globalização (e poderia ler-se massificação, homogeneização de culturas e fim das identidades), nunca se viu tanta afirmação de identidades particulares, tanta pequena nação reafirmando-se. Seja com sua cultura de “Estado Nacional”, seja com uma cultura anterior a ele. Quem conhece os Bálcãs? É a história de mil anos de luta entre sérvios, croatas, macedônios, toda uma história de conflito fundada na religião, na cultura, na língua, na existência como etnia separada, particular, diferenciada da sociedade englobante.

Pois bem: na Assembléia Nacional Constituinte, o debate sobre nação vinha com a carga de que, em algum momento, no concerto das nações, poder-se-ia admitir a independência dessas pequenas nações no seio do Brasil. Essa era a discussão subterrânea. Então, meu voto foi povos indígenas, não tenha dúvida. Não

tenho essa paranóia de que a Amazônia tenha de ficar trancada. Ninguém tranca mais coisa alguma. A Amazônia tem de ser por todos descoberta. Assim como todo o mundo deveria abraçar também o problema da África, criado pelas potências colonialistas, ao dividirem o território sem respeitar a história ancestral do continente. Para mais bem dominar, criaram a miséria que hoje conhecemos todos. A responsabilidade deve ser revelada, e todos têm de preocupar-se com a resolução dos graves problemas daqueles povos.

Da mesma forma, todos podem preocupar-se com a Amazônia – preocupar-se, mas a Amazônia é território que recebemos dos nossos antepassados e sobre o qual a nossa responsabilidade é maior. Precisamos discuti-la não na visão de museu antropológico, mas numa visão humanista, em que os homens e mulheres ali vivam mais bem do que atualmente. O desenvolvimento pode e deve chegar-lhes, sem violência, com a capacidade de integrá-los à brasilidade sem ferir a especificidade cultural que carregam. A Amazônia é nossa e deve continuar a ser um território onde a brasilidade se realiza e se reforça.

Cotas de vagas para negros

Primeiro eu quero esclarecer que, quando se fala em cotas, está-se falando em discriminação positiva. Pondero que os Estados Unidos tinham uma obrigação: a de repassar para nós no Brasil a sua experiência de políticas públicas de integração dos negros, em particular a política de cotas, adotada após a década de 60 e que se insere no contexto do combate ao racismo e à discriminação. Não como modelo a ser seguido necessariamente, mas como conjunto

de decisões, atitudes, obstáculos, sucessos e fracassos, enfim, como processo de informação.

Há vários anos essa discussão está presente nos debates travados no interior das forças democráticas e cresceu por ocasião da comemoração dos 500 anos de descobrimento do Brasil, quando a questão negra ganhou nova dimensão, incluindo com sugestões inéditas de indenização pelo trabalho escravo que vitimou tantos africanos e, depois, descendentes nacionais. Por definição, as cotas, de alguma forma, são patrimônio do ideal de solidariedade dos democratas e das esquerdas.

Causa espécie o posicionamento manifestado por alguns democratas de vários matizes contrários às cotas. Distanciando-se da própria tradição de solidariedade, e mesmo recorrendo a argumentos com aparência robusta, tais pessoas acabam de braços dados com o conservadorismo e com a visão de que apenas o desenvolvimento e o progresso podem resolver os dilemas nacionais. Em países injustos como o Brasil, com distorções sociais criadas e consolidadas ao longo de extenso período histórico, apenas o desenvolvimento econômico não basta para superar certas iniquidades e perversidades como é o caso da discriminação racial. Exige, para isso, também, políticas públicas afirmativas – e a discriminação positiva das cotas seria uma delas.

Basta olhar para todos os lados, para as nossas universidades, Forças Armadas, instituições, entidades, empresas públicas e privadas, nossa burocracia, enfim, a sociedade *falante, pensante e mandante* para ver que as mazelas da escravidão ainda estão presentes na quase total ausência dos negros nesse nosso meio. Os negros moram nos piores lugares nas cidades, detêm os piores empregos, percebem os menores salários, sofrem mais doenças, têm piores índices de analfabetismo, menos tempo nas escolas,

menor expectativa de vida. Se tomarmos como exemplo a mulher negra, a situação é mais dramática ainda, porque ela é atingida por um processo duplo de exclusão – ou de hierarquização descendente. De gênero e etnia.

O Estado brasileiro e suas instâncias políticas, sociais e econômicas apresentam desgraçadamente uma única cor, esmagadoramente branca. Isso não corresponde absolutamente à nossa realidade. Cabe, portanto, dar à República a cor da vida e aí, não tenho dúvida, se destaca o negro.

Muitos críticos das cotas querem colocar a questão do negro no bojo de políticas de combate à pobreza. Ora, a pobreza não tem cor, atinge a todos, assim como a violência, que também não guarda necessária nem diretamente relação com a pobreza.

O horizonte da democracia racial deve ser buscado. Talvez, sejamos o país com forte presença negra, a par de outras etnias, que reúne as melhores condições para atingir este objetivo. Entretanto, não podemos correr o risco de ficar “esperando Godot”. O Estado e a sociedade precisam agir positivamente para antecipá-la no tempo, impedindo que preconceitos se consolidem ainda mais nos decênios que virão. A adoção da política de discriminação positiva em contraposição a discriminação negativa existente em nossa sociedade é urgente. As cotas – uma das expressões daquela política – são instrumentos de intervenção pontual e passageiros no cenário de uma longa história. A sociedade brasileira deve encampá-la de forma irresoluta, em nome da democracia e da verdadeira liberdade.

Somos um país de muitas cores – na bandeira, na plumagem dos pássaros, nos estandartes das escolas de samba e clubes de frevo, nas camisas do time do coração de cada um, na composição social, na natureza, na rua e na vida. Elas devem também estar na República!

Reafirmando o compromisso com a utopia

Todas essas questões de que temos tratado podem parecer muito particulares, mas não são. Estão inseridas num projeto utópico coletivo: a necessidade de superação de discriminação histórica contra minorias e de afirmação da brasilidade, que até aqui tem-se construído como um conceito abrangente e caloroso, de uma identidade que não exclui, não recrimina o diferente, mas expande-se para alcançar outras culturas e acolhe contribuições humanistas de todos os povos.

Essa construção otimista da realidade reafirma o caminho que nós, da esquerda, sempre traçamos, e que também nos confere uma identidade de grupo: o caminho da utopia. Precisamos estar atentos à reelaboração do mundo, ao seu constante progresso – não no sentido econômico, mas no sentido humanitário. A utopia que abraçamos engloba a ampliação dos direitos, a realização do homem na sua plenitude, o sonho da igualdade. Exige também o fim de quaisquer manifestações de violência, o fim da manipulação e da exploração do homem pelo homem.

Nossa utopia desconhece fronteiras e desconhece o conceito de estrangeiro: porque nela todos os homens são igualmente dignos e destinados à felicidade. Mas o reconhecimento da igualdade, na dignidade e no direito de ser feliz, não nos impede de proclamar também o reconhecimento da diferença. De que cada cultura possa aportar, para a humanidade, suas realizações éticas e estéticas. Nessa utopia, a brasilidade ganha lugar, com suas manifestações e tradições, para tornar mais rica a aventura humana na Terra.

Na minha concepção, a brasilidade é um conceito que abarca uma inserção positiva nos mercados, afirmando nossos interesses, ao tempo em que traduz nossos valores, o que somos.

QUESTÕES AOS CANDIDATOS A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Gostaria de saber o que pensam os presidencialistas sobre formas de conciliar a integração, com seu caráter homogeneizador, ao lado da afirmação de particularidades sociais, políticas e econômicas. E como se deve encaminhar o País para a construção dessa brasilidade.

Impressão e Acabamento:



SIA TRECHO 3 LOTE N° 1760

Fone: (0xx61) 362-0008 / Fax: (61) 362-7476

e-mail: quick@gns.com.br

contemporâneo.

As discussões ali realizadas certamente não esgotaram a complexidade dos temas. Contudo, como lembra o reitor Lauro Morhy, *Brasil em Questão* "é um meio e, não, um fim. É um bom começo para despertar outras consciências, mentes e corações, pensando e pulsando Brasil". É desse debate que o leitor é convidado a participar.

Com a publicação, em 2002, de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, a UnB cumpre, mais uma vez, seu compromisso histórico de contribuir para a reflexão sobre as alternativas e projetos para o nosso País.

BRASILIDADE • Roberto Freire • Artur da Távola • Aspásia Camargo • Vamireh Chacon • **BRASIL NO MUNDO** • Samuel Pinheiro Guimarães • Oliveiros Ferreira • Amado Cervo • **POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** • Márcio Pochman • André Urani • Cristovam Buarque • **A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL** • Yeda Crusius • Luiz Pinguelli Rosa • Dércio Munhoz • **SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO** • Sergio Arouca • Marcos Helano Montenegro • Sebastião Viana • Pedro Tauil • **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA** • Roberto Vermulm • Sergio Rezende • João Batista de Oliveira • Lauro Morhy • **CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA** • Guilherme de Almeida • Sueli Carneiro • Luiz Mott • Dóris Faria • **A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA** • Armando Mendes • Maria Adélia de Souza • Eduardo Suplicy • Cristina Mac Dowell • Marcos Formiga • **MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA** • Washington Novaes • Marina Silva • Edna Ramos Castro • Marcel Burstyn • **REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS** • Ricardo Varsano • Wilson Cano • Vinícius Carvalho Pinheiro • José Geraldo de Sousa Júnior • **A UNIVERSIDADE BRASILEIRA** • Helgio Trindade • Édson Franco • Jacques Velloso • Lauro Morhy